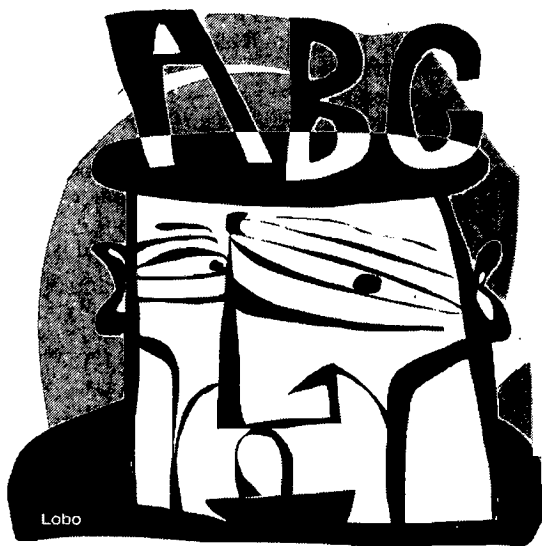


Política e cultura

O julgamento do político e da vida política obedece a motivos e finalidades diferentes, nem sempre corretos. Repetidos erros dos políticos e a complexidade da vida pública, provocando consequências inumeráveis, alimentam interpretações equívocas e preconceitos. Há mesmo críticas de intelectuais, e de pensamento progressista, que se distanciam da idéia democrática e defendem posição elitista. Podem envolver engano, e não significar retrocesso. Certo é que suscitam confusão na opinião popular, e até em grupos de nível de instrução elevado.

Assim se tenta transmitir a impressão ou convicção de ser imprópria a presença de pessoa inculta na atividade política. Sem dúvida, no plano da política, tanto quanto em qualquer tipo de ocupação, o aperfeiçoamento da inteligência é requisito constante, necessário. Adquirir conhecimento é fortalecer o espírito para os atos da existência, em todos os domínios. O esforço profissional ou de outra índole, a que se dedique o indivíduo, enriquece-se com o saber conquistado. Como a experiência universal tem revelado, não há mente, por mais privilegiada, que possa dispensar os subsídios renovadores do estudo e da pesquisa. Além disso, o desenvolvimento científico e tecnológico, de um lado, fornece elementos de interpretar e julgar, e, de outro, torna cada dia mais complexa e variada a relação entre os seres humanos, exigindo-lhes maior preparo. O político não escapa ao império dessas circunstâncias.

Daí não se há de concluir, como querem muitos, que o homem comum, destituído de formação cultural sólida, esteja impedido de participar da vida pública. A ação na política é direito do cidadão. Nos paí-



ses ainda em crescimento, como o nosso, como o nosso, com dificuldades para alfabetização em amplas camadas da população, o critério seletivo há de ser flexível. Impor preparação intelectual rigorosa, em tais condições, para o ingresso na política e nas funções executivas e legislativas, é desconhecer a realidade social e fazer discriminação condenável, que atinge notadamente o pobre. Sensato se mostra reconhecer a legitimidade da presença dos que revelam vocação e espírito público. Não é raro ver que a agudeza, a cintilação da inteligência, supre a falta da cultura. Também não há negar que esta se acumula gradualmente. Em dias recentes, jornais comentaram o êxito que vem alcançando um prefeito sem alfabetização, de modesto município de Pernambuco, onde ele dá relevo ao problema da educação. Ainda há pouco, li artigo de Fernando Conceição, já doutorando na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde também integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro brasileiro, e que começou, sem títulos,

liderando a comunidade pobre do Calabar, em Salvador. O talento, aliado à ética de proceder, supera deficiências da cultura, a qual o tempo proporciona. Trancar portas à política, a quem ainda não conseguiu o alargamento das letras, pode ser cerceamento de vocação, e às vezes em favor de aventureiro instruído.

Depois, no Poder Legislativo, especialmente, não são poucos os casos em que importa, sobretudo, o bom senso, ou a correção de atitude. E não a cultura. Antes de reunir-se a Assembléia Constituinte de 1933-34, João Mangabeira observou, em entrevista, a necessidade de distinguir-se o preparo

técnico da lei e o reconhecimento de sua conveniência. E exemplificava. A configuração de uma lei de divórcio, a conceituação dos motivos determinantes da separação, e o processo de efetivá-la, tudo é matéria da competência de comissões especializadas. A declaração de conveniência da lei de divórcio cabe a todos os parlamentares, qualquer que seja a profissão ou a cultura deles, porque encerra questão ao alcance das pessoas em geral.

Fundamental é que, perseverando na atividade política, o indivíduo tenha sempre uma causa a defender e se apreste para enfrentar os obstáculos do caminho, firme numa crença. Não há vitória real sem esforço para eliminar os espinhos da estrada. A democracia é regime de capacidades e de senso comum. No equilíbrio das duas forças reside forma essencial de reduzir desigualdades criadas e propiciar a expansão de talentos. Já se escreveu, precedentemente, que "o senso comum é também o tribunal que julga os sábios".

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia